

JOÃO PINA-CABRAL E ANTÓNIA PEDROSO  
DE LIMA (ORGS.)  
**ELITES: CHOICE, LEADERSHIP AND SUCCESSION**  
Oxford e Nova Iorque, Berg, 2000.

Esta obra apresenta-se como a edição das comunicações apresentadas ao seminário “Leadership and Succession in Elite Contexts”, realizado em Outubro de 1997 nos sugestivos salões do Palácio Fronteira em Lisboa. Os textos aqui reunidos, embora partindo de uma noção homogeneizante de *elites* enquanto grupos detentores de poder com consciência da sua identidade própria, abordam realidades heterogéneas tais como as fortunas dinásticas dos EUA (George Marcus), os grupos familiares que integram a elite financeira lisboeta (Antónia Pedroso de Lima), as famílias ligadas à indústria da seda no Norte de Itália (Sylvia Yanagisako), os reinos Asante do sudoeste do Gana de origem pré-colonial (Nana Arhin Brempong), ou os chefados da região noroeste do mesmo país que foram introduzidos pela administração colonial (Carola Lentz), os chefes fijianos (Christina Toren), a grande aristocracia portuguesa dos séculos XVI a XIX (Nuno Gonçalo Monteiro) ou os membros da elite local de um concelho beirão desde a revolução liberal (José Manuel Sobral), as famílias, de origem inglesa, ligadas ao comércio do vinho no Porto (Jean Lave) e os elementos da elite burocrática macaense (João de Pina-Cabral). O volume é ainda enriquecido por um comentário final de Michael Herzfeld, já presente no referido seminário. Diversificados pelos seus objectos de análise, estes textos, onde foram privilegiadas as análises histórica e antropológica, são um contributo essencial tanto para o estudo das elites como dos mecanismos de herança e sucessão.

O aparente eclectismo etnográfico destas contribuições levanta de imediato a questão da relevância de uma classificação comum: poderemos de facto falar de um mesmo objecto de estudo, as elites, ou estamos perante um conjunto de grupos informais cuja heterogeneidade impede a sua classificação em conjunto? O texto de João de Pina-Cabral preocupa-se precisamente com a definição deste tópico de estudo e é instigado pela dificuldade decorrente de abordar um grupo em franca dissolução: a elite administrativa macaense que manteve os seus privilégios, inclusive de classe, através do controle de redes sociais e circuitos de saber

portugueses, chineses e macaenses, assumindo a sua condição mista. Esta situação, que se prolongou por várias gerações, entrou em rápido declínio desde que foi assumida a transição de soberania do território, a qual coincidiu com a confirmação de novas práticas de sociabilidade cuja marca fundamental foi a profissionalização das mulheres e o consequente declínio de formas de sociabilidade estritamente femininas e domésticas que caracterizavam a antiga elite (por exemplo, os clubes de senhoras). Ultrapassando a fluidez de fronteiras deste grupo, cujas marcas identitárias se baseiam no acesso a recursos e formas de vivências hoje desaparecidas, o autor procura demonstrar a subsistência de uma identidade própria enquanto uma comunidade étnica. A sua definição abrange características comuns aos grupos de elites:

An ethnic community finds its definition in the course of individual situations of social confrontation where it is symbolically contrasted with others. The members of such a collectivity not only feel that they belong, they are also led to act in forms that reflect that belonging. And, in order to act out their belonging, they state their belonging. All of these are acts of social construction (p. 201).

É portanto enquanto grupos que se definem pela sua autoconsciência e por uma *praxis* que visa manter privilégios e sinais, nem sempre subtis, de integração e diferenciação que podemos definir as elites num sentido lato. Michael Herzfeld retoma esta problemática no comentário final, salientando a importância da relação entre saber, identidade e a constituição do poder (p. 228) para a formação destes grupos. O autor termina com a questão lançada por George Marcus a abrir o livro, sobre o estranho (*uncanny*) sucesso que as elites têm em manter-se, em perpetuar-se dinasticamente, o qual é, em simultâneo, uma das características que as definem ontologicamente. Herzfeld isola assim as duas questões que mereceram uma abordagem sistemática da maioria dos autores: a noção de poder e a da sua perpetuação em várias gerações. O poder é aqui entendido num sentido lato, compreendendo tanto o acesso a várias formas de capital como de autoridade, como lembra José Manuel Sobral numa sistematização elucidativa (pp. 150-151). A perpetuação do poder remete-nos para a problemática da sucessão, a qual é abordada de forma sistemática na maioria das contribuições desta obra.

O tema da sucessão e da transmissão de pri-

vilégios é discutido sob múltiplas perspectivas. No texto de Christina Toren são referidos alguns temas clássicos da antropologia: a noção de chefado nas ilhas Fiji, já analisada nos textos de Hocart (entre outros em *Kings and Councillors*) e a ambivalência entre hierarquia social e igualdade. A autora põe em relevo o contínuo embricamento entre os grupos sociais que a etnografia ocidental descreve como opostos na sua relação ao poder, os quais em diversos contextos, tal como nas Fiji, tornam claro o seu contínuo jogo de interdependência mútua sobretudo nos momentos em que se representa o acesso ao poder. Sobre aquilo que designa de alternância entre igualdade e hierarquia, Toren desenvolve o seu argumento e demonstra uma vez mais a sua particular sensibilidade etnográfica.

No contexto africano, mais concretamente ghaniano, os textos de Carola Lentz e de Nana Brempong desenvolvem o tema do novo perfil dos herdeiros do poder, em chefados e reinos de origem colonial ou pré-colonial, que mantêm a sua actualidade pelo perfil exigido aos novos sucessores, homens poderosos na hierarquia da função pública antes de se tornarem homens de poder na hierarquia do chamado “poder tradicional”.

A questão da maleabilidade dos novos sucessores de grupos de poder é igualmente abordada por Antónia Pedroso de Lima num contexto absolutamente diferente, o das famílias integradas na elite financeira lisboeta, onde a autora se debruça sobre o “processo de criar diferenças entre iguais” (p. 41) e de, num sistema aparentemente meritocrático, conseguir basear a sucessão em relações de poder e no controlo de um capital de prestígio e de redes sociais, para além do poder de decisão sobre um capital efectivo. A pertinente análise de Antónia Pedroso de Lima tem igualmente o mérito de esclarecer o que anteriormente Marcus designava por “estranho sentimento dinástico” sentido em famílias da elite texana que constituem o objecto da sua pesquisa. Para Pedroso de Lima esta “estranheza” é identificável em numerosos espaços de afirmação identitária das famílias de elite abordadas. O tema da sucessão é ainda analisado numa perspectiva sincrónica entre grupos aristocráticos nem sempre tão bem sucedidos nas suas estratégias, nos textos de Nuno Gonçalo Monteiro e José Manuel Sobral, ou entre as famílias ligadas à exportação de vinho do Porto estudadas por Jean Lave.

Sendo os grupos de elite um assunto ainda pouco estudado em antropologia – onde contudo mereceu o surgimento de algumas obras de vulto, e lembro aqui em particular o trabalho sempre actual de Abner Cohen, *The Politics of Elite Culture*, 1981 –, um dos muitos méritos desta obra é o posicionamento sistemático das análises empreendidas face a textos hoje clássicos da disciplina. Para além de Jack Goody (*Succession to High Office*, 1966), também os trabalhos de Meyer Fortes e de Radcliffe-Brown são analisados por diversos dos contribuintes à luz dos novos dados que trazem para o debate. Por outro lado, ao debruçarem-se sobre terrenos inovadores na disciplina – grupos industriais, organizações financeiras, enclaves burgueses –, os autores demonstram cabalmente a pertinência da análise antropológica num campo habitualmente ocupado por outras tradições disciplinares (sociologia, mas também ciência política e história). No interior da produção, sobretudo sociológica, sobre o tema das elites, as contribuições para este volume destacam-se pela extrema atenção dada ao problema da sucessão e demonstram a pertinência da perspectiva antropológica e da metodologia etnográfica.

Michael Herzfeld aponta como calcanhar de Aquiles dos ensaios agora publicados a dificuldade em aceder ao nível da intimidade dos sujeitos abordados e o carácter exterior das informações recolhidas. Note-se que se as elites são caracterizadas pela manutenção da distinção (p. 230) e do respeito (p. 233), ambos os elementos implicando formas de exclusão e a transmissão de uma imagem auto-consciente que é perpetuada nestes textos. Trata-se de uma crítica demasiado lata para podermos deixar de reflectir sobre a sua aplicação a muitos dos trabalhos etnográficos – afinal, desde que Malinowski colocou a sua tenda ao lado da residência do chefe local, os antropólogos têm sistematicamente privilegiado os detentores de poder como interlocutores. Mas esta aparente fragilidade é também um dos méritos da obra, o de relançar a questão das relações de poder e de controlo na pesquisa etnográfica actual, longe dos constrangimentos coloniais ou decorrentes de formas desiguais de acesso ao saber. Para além da sua pertinência para os estudos de parentesco, das organizações e mesmo da antropologia urbana, estes textos colocam questões inovadoras sobre a metodologia etnográfica e, sobretudo, delimitam um novo campo de estudos.

Clara Carvalho

Departamento de Antropologia do ISCTE  
Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)

NICHOLAS THOMAS E RICHARD EVES  
**BAD COLONISTS: THE SOUTH SEAS LETTERS  
OF VERNON LEE WALKER & LOUIS BECKE**  
Durham e Londres, Duke University Press,  
1999.

JOHANNES FABIAN  
**OUT OF OUR MINDS: REASON AND MADNESS  
IN THE EXPLORATION OF CENTRAL AFRICA**  
Berkeley, Los Angeles e Londres, University  
of California Press, 2000.

Nicholas Thomas, australiano, e Johannes Fabian, alemão, são antropólogos com extensa obra publicada e larga divulgação nos meios académicos. Os trabalhos de Thomas no domínio dos estudos da cultura material dos povos oceânicos (nomeadamente *Entangled Objects*, 1991) e as reflexões críticas de Fabian sobre a retórica etnográfica (*Time and the Other*, 1983; *Time and the Work of Anthropology*, 1991) são sobejamente conhecidos dos analistas culturais, tendo obtido notoriedade além dos limites dos círculos antropológicos. Nos volumes em consideração, os autores retomam um motivo, a situação colonial, que atravessa transversalmente o conjunto da sua produção, examinando-o com referência aos contextos geográficos que têm predominado nas suas pesquisas: em Thomas a Oceania e em Fabian a África Central.

Em *Bad Colonists* Nicholas Thomas organiza, introduz e comenta criticamente o espólio epistolar de Vernon Lee Walker (1856?-1887), um dos raros vestígios materiais das experiências de itinerância deste anónimo comerciante inglês pelos Mares do Sul nas décadas de 1870 e de 1880. As cartas publicadas, destinadas à mãe de Walker, foram remetidas de Melbourne, de Sidney, de Noumeia (na Nova Caledónia) e das várias escunas em que esteve embarcado. O seu percurso biográfico, permeado por hesitações e falhanços comprometedores, conheceu um desenlace trágico, porquanto foi ferido mortalmente em 1887, perto dos 31 anos, por nativos de Vanuatu. Segundo Thomas, num gesto que desmotiva uma compreensão enviesada da titulação da compilação,

Vernon Lee Walker “is a bad colonist [...] in the sense that he is bad at being one” (p. 6).

Enquanto anunciava a intenção de proceder à publicação crítica dessas missivas, Thomas analisou com menor detenção a correspondência de Walker num outro volume, *Colonialism's Culture* (1994), no qual a moldura teórica que presidiu à concepção de *Bad Colonists* se afigura detectável. Defendia então, entre um punhado de outros argumentos com significado para a reflexão sobre as assimetrias de representação em espaços coloniais, a necessidade de problematização da tendência fanonista que insiste em interpretar as interacções entre colonizadores e colonizados antiteticamente. Para Thomas, se confiamos que a retórica colonial elide as “vozes” dos colonizados devemos, nesse caso, considerar igualmente que outros agentes operando na periferia dos projectos imperialistas são atingidos por semelhante supressão – “because they are disreputable, because they are women or simply because they are ordinary and working-class” (*Colonialism's Culture*, 1994: 159). Este posicionamento surge claramente reafirmado em *Bad Colonists*:

Walker was once alluded to in print by a journalist but not named, and this is emblematic of the extent to which unimportant colonists such as he, and ordinary people most of the time, have had negligible or nonexisting capacities to establish a presence in print, a citation, a documentary trace (p. 13).

Com a divulgação de doze cartas de Vernon Lee Walker, Thomas consuma o resgate de um olhar europeu sobre a situação colonial que, nas suas *distracções* etnográficas – por exemplo, “this meeting [of all the native chiefs and their tribes] only takes place either only once a year, or once every ten years, I forget which” (p. 27) – e hesitações identitárias (vd. pp. 63 e 66), é revelador de um espírito não obstinado com a autoridade e o ascetismo dos seus pontos de vista.

Nesta obra Nicholas Thomas figura associado em termos autorais a um antropólogo do Centre for Cross-Cultural Research (da Australian National University), Richard Eves, encarregado da organização crítica do legado epistolar do segundo sujeito do livro, Louis Becke (1855-1913), também ele comerciante inglês. Estabelecido no sul do Pacífico desde 1872, Becke regressou a Inglaterra vinte e quatro anos depois sem ter realizado fortuna. Dessa estada beneficiou, no entanto, a sua